

**DO MATIZ DAS PROMESSAS AO ESMAECER DA
REALIDADE: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO CAPITAL
x TRABALHO x NATUREZA EM CARVOARIAS**

*THE HUE OF PROMISES TO WASHOUT OF REALITY: A
LOOK AT THE RELATIONSHIP CAPITAL x WORK x
NATURE COALYARDS*

João Ferreira Gomes Neto *

jf-neto@hotmail.com

Resumo – O metabolismo da sociedade do capital se dá através da exploração do trabalho alheio na transformação da natureza para criação de mercadorias, portanto, arquitetada em uma estrutura eminentemente desigual, destruidora e concentradora ambiental e socialmente. Nessa perspectiva, a partir da realidade do município de Cândido Sales – BA, a proposta do presente estudo é a análise do processo de produção/reprodução do capital da cadeia do ferro e do aço alicerçada na superexploração do trabalho e na devastação da natureza, tendo a silvicultura do eucalipto enquanto a “nova” versão dessa lógica. As informações para consecução do estudo foram reunidas por meio das seguintes frentes de coleta de dados: análise documental, realizada nas leis que estabeleceram o fomento florestal no município; trabalho de campo, por meio de visitas a carvoarias de mata nativa e plantações com eucalipto e; entrevistas com proprietários rurais. Concluiu-se que a exploração sobre a natureza e o trabalho da classe-que-vive-do-trabalho é a relação que sempre orientou em Cândido Sales a produção do carvão vegetal para abastecimento do setor siderúrgico do Sudeste do Brasil e, a implantação dos projetos silviculturais de eucalipto no município por meio da ação do Estado, Universidade, empresas siderúrgicas e bancos sob os argumentos do reflorestamento e do desenvolvimento sustentável é o sofisma utilizado para perpetuar as mesmas relações que até o momento permitiram a produção/reprodução do capital siderúrgico através das carvoarias de mata nativa.

Palavras-chave: Carvoaria; Eucalipto; Território; Trabalho.

Abstract – *The metabolism of the company's capital is given by exploiting the labor of others in the transformation of nature to create commodities, therefore, architected structure in a highly unequal, destructive and environmentally and socially concentrators. From this perspective, from the reality of Cândido Sales – BA, the purpose of this study is to analyze the process of production/reproduction of capital in the chain of iron and steel based on the overexploitation of labor and devastation of nature, having forestry of eucalyptus as the "new" version of this logic. The information for achieving the study were gathered through the following fronts of data collection: document analysis, carried out in the law that established the woodlot in the county; field work, through visits to charcoal from native forest and eucalyptus plantations and; interviews with landowners. It was concluded that the exploration of the nature and working class-who-lives-of-work is the relationship that has always guided Cândido Sales in the charcoal production to supply the steel sector of Southeastern Brazil and, the implementation of projects forestry eucalyptus in the municipality through the action of the State, University, steel companies and banks under the arguments of reforestation and sustainable development is the sophistry used to perpetuate the same relationships that have so far allowed the production/reproduction of capital through the steel charcoal from native forest.*

Keywords: *Charcoal; Eucalyptus; Territory; Work.*

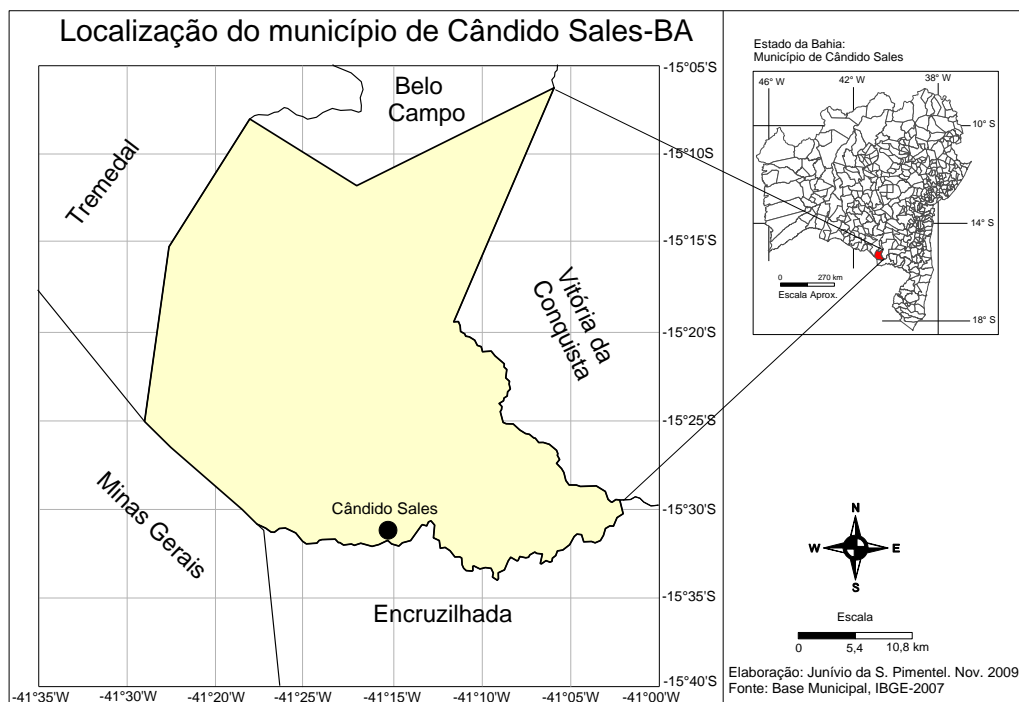
* Especialista em Geografia pelo Programa de Pós Graduação Lato Sensu em Análise do Espaço Geográfico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Aluno do Mestrado do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

INTRODUÇÃO

O capitalismo tem como mola-mestra a capacidade de mercantilizar todos os espaços gerando gradativos aumentos dos lucros. Entretanto, como seu metabolismo se baseia em uma estrutura de devastação da natureza, exploração do trabalho e apropriação desigual das riquezas, há momentos que essa conjuntura eminentemente insustentável coloca em risco o próprio metabolismo do sistema. Nesses momentos é que o capital

demonstra sua versatilidade e capacidade de se espriar por campos ainda não procurados por ele. Exemplo desse processo é a implantação da silvicultura de eucalipto no município de Cândido Sales – BA, localizado no Sudoeste da Bahia conforme mostra Mapa 1, por meio da elaboração de uma política pública estadual denominada Programa Florestas para o Futuro (PFF).

Mapa 1: Localização do município de Cândido Sales-BA



Fonte: Base Municipal, IBGE, 2007
Autor: Junívio da S. Pimentel, Nov. 2009

É nesse contexto que se insere a análise do metabolismo do capital da cadeia do ferro e do aço alicerçada na superexploração do trabalho e na devastação da natureza por meio da

produção de carvão vegetal, tendo a silvicultura do eucalipto enquanto a “nova” versão desse processo. Para isso, pretendeu-se analisar as vinculações da silvicultura do eucalipto no município com

a expansão do agronegócio mundial no Brasil; explicar a implantação da silvicultura do eucalipto em Cândido Sales utilizando-se do discurso do reflorestamento e desenvolvimento e; entender o processo de apropriação do capital da relação trabalho x natureza nas carvoarias de mata nativa e empreendimentos florestais com eucalipto.

Esse município historicamente tem na extração e comercialização de madeira, principalmente para produção de carvão vegetal, uma das bases de sua economia. Contudo, a carência de um plano de regulamentação e desenvolvimento estruturado dessa atividade acabou provocando inúmeras conseqüências ambientais negativas ao município, pois grandes áreas de mata nativa simplesmente desapareceram, e com elas inúmeras espécies da fauna e da flora¹. Além disso, as facilidades provenientes da ausência de uma fiscalização eficiente sobre o extrativismo e os lucros fáceis obtidos com a venda ilegal do carvão vegetal, especialmente para siderúrgicas do Sudeste, determinaram ainda maior pressão sobre a natureza e maior dependência da economia local por esse processo.

¹ Conforme levantamento realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE divulgado no Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica para o período de 2005 a 2008, em nível nacional, Cândido Sales é apontado como o quarto município com maior índice de devastação de cobertura nativa e, se comparado

Essa conjuntura acabou por criar uma situação contraditória: ao mesmo tempo em que diminuía os ditos recursos naturais, aumentava a dependência socioeconômica pela continuidade da atividade de extração. Para “solucionar” o problema, em 2005, o poder estatal local implantou sob o argumento da sustentabilidade econômica e ambiental o programa estadual de reflorestamento com eucalipto denominado Florestas para o Futuro. É esse discurso que motivou um estudo aprofundado sobre os reais interesses que articulam e determinam a implantação de um cultivo eminentemente voltada para o mercado e, até pouco tempo, praticamente desconhecido em Cândido Sales.

Para consecução do estudo, a metodologia utilizada fundamentou-se em uma visão crítica sobre as estruturas nas quais se realizam a atividade de produção de carvão vegetal e se alicerça a inserção da eucaliptocultura no município estudado. Parte-se do pressuposto que enquanto a sociedade se estruturava nos moldes do sistema capitalista de produção no qual a natureza é vista sob a ótica do seu valor de troca em lugar do seu valor de uso – ou seja, como um recurso –, ao passo que se responde à busca incessante do lucro em lugar da humanização das relações e, utiliza-se o aparelho estatal como

em nível de Bahia, apresenta-se como o segundo maior.

instrumento de legitimação das classes dominantes, dificilmente encontrar-se-á o ponto de equilíbrio nos processos sociedade x natureza e a insustentabilidade socioambiental estará sempre inerente. As informações foram reunidas por meio das seguintes frentes de coleta de dados: análise documental, realizada nas leis que estabeleceram o fomento florestal no município; trabalho de campo, por meio de visitas a carvoarias de mata nativa e plantações com eucalipto e; entrevistas com proprietários rurais e trabalhadores das carvoarias.

O USO DA CATEGORIA TERRITÓRIO PARA O ENTENDIMENTO DAS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO NO ESPAÇO AGRÁRIO

A análise da agricultura brasileira deve ser feita dentro da esfera dos processos do modelo capitalista de produção mundial. Isso se faz, sobretudo, com a compreensão de desenvolvimento de diferentes áreas como sendo contraditório e combinado em que o capitalismo produz concomitantemente relações estritamente capitalistas mais avançadas, mas também reproduz análoga e dialeticamente, processos não-capitalistas de produção e de trabalho.

Essas relações contraditórias do capitalismo por meio do desenvolvimento diferenciado, combinando características atrasadas e avançadas produz e se reproduz em diferentes partes do globo atualmente, criando redes de interdependência entre Estados, nações, e principalmente empresas de diferentes lugares. Com essa realidade, a utilização da categoria *território* concebida como síntese contraditória da totalidade material proveniente da luta de classes – proletários, burgueses e proprietários de terra – em que o Estado desempenha a função de regulação (OLIVEIRA, 2002) se faz imprescindível para o entendimento desses processos e relações de interdependência, especialmente com a reestruturação produtiva do capital.

Com o processo de globalização da economia e difusão do neoliberalismo, o Estado de certa forma assumiu o papel reduzido de elaborar e implantar novas maneiras de acumulação do capital criando as condições favoráveis aos negócios (HARVEY, 2004 *apud* THEIS; BUTZKE, 2008). Em outras palavras, os Estados preocupam-se mais com a competitividade e, “saem na frente” aqueles que permitem os baixos salários, rigorosa disciplina trabalhista ou que consentem flexibilidade da legislação.

Conforme Oliveira (2002), nas últimas décadas tem ocorrido no Brasil um rápido crescimento das culturas de *commodities*,

quase sempre em detrimento daqueles alimentos voltados ao abastecimento do mercado interno, isso porque a agricultura brasileira vem se desenvolvendo no bojo da internacionalização da economia nacional, em que a produção é voltada ao mercado externo e o preço de venda de seus produtos é subordinado aos preços internacionais. No caso do carvão vegetal, por exemplo, que é um dos principais produtos do extrativismo vegetal e da silvicultura, seu preço está associado às variações na produção siderúrgica, especialmente aquela relacionada ao ferro-gusa e ferro-ligas, mas essas empresas são em número relativamente pequeno comparado ao grande número e à dispersão dos produtores de carvão vegetal. Desse modo, se caracteriza um mercado com vocações oligopsônicas cuja produção é relativamente concentrada. O preço dos produtos das siderúrgicas é determinado pelo mercado internacional, essa situação permite inferir que o preço do carvão vegetal também é indiretamente determinado pelas negociações em nível mundial.

A produção de lavouras permanentes ou temporárias tem obedecido a lógicas distintas, ficando seu estímulo e/ou expansão ligada ora à ação do Estado, ora à de cooperativas ou empresas industriais. De uma forma geral, poder-se-ia dizer que as culturas de exportação têm sido responsáveis pela caracterização básica da

agricultura especificamente capitalista no Brasil. Entretanto, a forma de introdução dessas culturas tem se distribuído e se processado de diferentes maneiras (OLIVEIRA, 2002).

Via de regra, a distribuição territorial da produção dos principais produtos agrícolas mostra uma forte concentração na região Sul e em menor proporção na região Sudeste, onde se encontram as principais regiões agrícolas do país. Mas, o desenvolvimento de algumas culturas (como a da silvicultura do eucalipto) migra dessas regiões agrícolas para outras, inclusive para fora do Brasil, em busca principalmente de terras e mão-de-obra baratas, apoio técnico e incentivos fiscais. Esse ordenamento espacial da produção agrícola brasileira é fortemente vinculado às políticas territoriais do Estado, que tenta conciliar a produção voltada para o mercado interno e a expansão das culturas de exportação.

O CAPITALISMO E A APROPRIAÇÃO DA RELAÇÃO TRABALHO x NATUREZA

Os problemas da sociedade com a natureza no metabolismo do espaço geográfico obrigam uma discussão profunda no conceito de natureza difundido atualmente, conseqüentemente, no próprio modo de vida, pensamentos e

ações sociais.

Em seu estudo sobre a relação homem/natureza no modo de produção capitalista, Ana Maria Soares de Oliveira (2002), faz uma discussão muito rica sobre o desenvolvimento do conceito de natureza dentro da sociedade capitalista, na qual esse conceito é ideológico porque retira da relação contraditória entre classes sociais ao longo da história a importância das condições objetivas concretas atuais, atribuindo aos eventos naturais a configuração da realidade, como se essa fosse produto da normalidade.

Na abordagem marxista a natureza deve ser analisada como unidade dialética entre essa e a história social, sendo o trabalho o mecanismo de mediação entre a sociedade e a natureza, portanto, “[...] o trabalho enquanto ato teleológico redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico [...]” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.01).

Entretanto, a visão de natureza afastada do homem é a predominante no mundo ocidental, inclusive na Geografia essa influência é bastante clara quando se faz a divisão entre geografia física e geografia humana. A partir da Revolução Industrial do século XVIII e com o desenvolvimento da ciência e da técnica, a natureza passou a ser vista ainda mais como algo afastado do ser humano, em outras palavras, matéria-prima a ser transformada pelo homem para seus

objetivos, “[...] nesse contexto, qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza orgânica e integradamente se tornou falha, pois a separação não se efetuava apenas no nível do pensamento, mas também da ‘realidade objetiva’ construída pelo homem” (SOAREZ DE OLIVEIRA, 2002, p. 04).

Ao longo da história da Geografia as discussões sempre estiveram (des)articuladas do trabalho dentro do processo social do metabolismo do capital com a apropriação da mais-valia e da conexão do trabalho abstrato aos planos da classe dominante e, (des)sintonizadas também da natureza, enquanto elemento distante do corpus natural e analisado apenas como atividades humanas, uma vez que o homem já estava fora da natureza. O trabalho (não)analisado dentro da Geografia, enquanto relação social de produção e “destruído” pelo estranhamento em virtude das estruturas do sistema capitalista, coisificou o homem transformando-o em recurso material de produção. Entretanto, uma nova abordagem crítica começa a se desenvolver na Geografia por meio da compreensão do trabalho fundamentada na totalidade dialética que une as dimensões ambiental e sócio-espacial, ou seja, numa relação metabólica entre o ser social e a natureza (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Essa abordagem oposta entre homem/trabalho e natureza difundida pelo

capitalismo vem sendo colocada em xeque em virtude dos modelos econômicos de crescimento econômico desse sistema que sempre colocou a natureza apenas como fonte inesgotável de matéria-prima e energia e como meio com infinita capacidade de reciclar matéria e absorver resíduos, o que teve como consequência os atuais problemas ambientais (demonstrando a incompatibilidade do modelo capitalista de produção com o equilíbrio bio-físico-químico da natureza), os quais foram contraditoriamente gerados e devem ser equacionados pelo próprio capital em virtude, principalmente, da necessidade que o capitalismo tem de manutenção do fornecimento de insumos para a sobrevivência do seu processo de produção/reprodução.

A discussão sobre território, trabalho e capital na relação sociedade x natureza colabora na análise do metabolismo do capital na atividade de produção e comércio de carvão vegetal de mata nativa e do agronegócio florestal com eucalipto, permitindo o entendimento de como essa estrutura se organiza e funciona para se apropriar devastadora e desigualmente da natureza e explorar o trabalho material na geração de mais-valia.

O AGRONEGÓCIO SOB O DISCURSO DO REFLORESTAMENTO E DESENVOLVIMENTO

O termo agronegócio foi criado por John Davis e Ray Goldberg em 1957 nos Estados Unidos e, corresponde à tradução do conceito de *agribusiness* ou *agrobusiness* (agricultura de negócios). Este pode ser entendido como:

[...] toda relação comercial envolvendo produtos agrícolas. No Brasil o termo é usado quando se refere a um tipo especial de produção agrícola, caracterizada pela agricultura em grande escala, baseada no plantio — ou na criação de rebanhos — em grandes extensões de terra. Estes negócios, via de regra, se fundamentam na propriedade latifundiária bem como na prática de arrendamentos [...]. (PORTAL DO AGRONEGÓCIO *apud* SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 104)

A ideologia do agronegócio difunde a modernização como via para o aumento da produção e da produtividade, dessa forma, subjungando no bojo do diálogo as condições de vida e as políticas de permanência da *classe-que-vive-do-trabalho* no campo, uma vez que é do interesse do capital a permanência nesse espaço apenas do “agricultor familiar” subordinado aos interesses do agronegócio. (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008)

No caso de Cândido Sales não é diferente, pois as facilidades de

financiamentos, licenciamentos e apoio técnico vinculadas ao projeto da silvicultura do eucalipto direcionam os proprietários rurais a aderirem ao mesmo (especialmente aqueles que faziam parte do circuito do extrativismo vegetal), enquanto os que insistem em permanecer desempenhando a agricultura de subsistência e/ou de culturas de pouco interesse do mercado, por exemplo a mandiocultura, enfrentam a carência de linhas de créditos viáveis, ausência de apoio técnico para aumento da produtividade e, dificuldades na comercialização de sua produção, cenário que acaba forçando-os a migrarem para outras culturas ou venderem suas terras para se tornar mão-de-obra assalariada no próprio campo ou na zona urbana.

Historicamente, nesse município o extrativismo vegetal se configurou como uma das alternativas econômicas para a população local, uma vez que essa cidade pobre, produto da própria exclusão gerada pelo sistema capitalista, possui exíguas possibilidades de emprego e renda. Aproveitando-se desse cenário, o capital – representado principalmente pelo setor siderúrgico –, de maneira indireta, fomentava a derrubada ilegal da mata nativa para o abastecimento contínuo e barato de matéria-prima ao setor. Assim, as preocupações com o planejamento da utilização sustentável dos ditos recursos naturais são pensadamente esquecidos,

pois caso isso aconteça o processo de produção/reprodução do capital é comprometido.

Todavia, o aumento da fiscalização frente à derrubada ilegal das florestas e a crescente pressão sobre a natureza local, acabaram por colocar em risco o fornecimento da matéria-prima necessária ao metabolismo do capital. Dessa forma, o sistema é obrigado a reformular a perspectiva da exploração da natureza, agora por meio do agronegócio, mas sob a retórica do “reflorestamento” como alternativa para o desenvolvimento e a sustentabilidade. Porém, como bem lembra Souza e Conceição (2008, p. 106):

[...] os objetivos do agronegócio voltados para a reprodução capitalista são irreconciliáveis frente ao ritmo da natureza. Portanto, em uma sociedade que prima, cada vez mais, pela produção exacerbada de valores de troca, jamais seria possível se gestar um modelo em que se considerasse um equilíbrio na relação sociedade e natureza.

Logo, o agronegócio do eucalipto ao difundir o sofisma do “reflorestamento” por meio da substituição de florestas nativas por florestas exóticas em áreas devastadas pela própria imposição do capital representa apenas outro projeto que esse se vale para se apropriar da natureza e do trabalho da classe-que-vive-do-trabalho e continuar seu processo de produção/reprodução.

Com relação ao conceito “desenvolvimento” enquanto meta universal baseado nos preceitos dos países centrais, esse surgiu a partir do final da 2ª Guerra Mundial quando o então presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman no seu discurso de posse em 20 de janeiro de 1949 referiu-se pela primeira vez ao hemisfério sul como “áreas subdesenvolvidas” (SACHS, 2000 *apud* GÒMEZ, 2001). Conforme Gómez (2001, p. 06):

[...] com a associação da idéia de desenvolvimento à de progresso, se consegue que a expansão da produção agregada, expressa em termos contáveis e essência dos valores de troca que predominam no sistema metabólico do capital, seja tomada como o objetivo fundamental e, em diferentes versões, adaptado as circunstâncias dos países centrais, dos periféricos ou até, num contexto de concorrência entre modelos, dos chamados países socialistas [...].

Entretanto, as estratégias utilizadas pelos países centrais para conseguir difundir a idéia de desenvolvimento conforme seus parâmetros têm sofrido mutações ao longo do tempo. Com a ideologia econômica neoliberal, no âmbito do desenvolvimento o Estado tem agora um papel reduzido de monitoramento do processo, fomentando a expansão do capital privado em áreas antes sob sua responsabilidade, criando a infra-estrutura necessária (equipamentos, financiamentos,

etc.) que a iniciativa privada não considera rentável (GÒMEZ, 2001).

Essa perspectiva de “desenvolvimento” está imbricada nas políticas do governo brasileiro para o meio rural, as quais segundo Gómez (2001) estão articuladas às diretrizes traçadas pelo Banco Mundial sob parâmetros que reforçam as relações capitalistas – e que contraditoriamente também reproduzem relações não-capitalistas – no campo por meio da integração dos pequenos agricultores ao mercado.

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE AS BASES (I)LEGAIS DA POLÍTICA FLORESTAL DA BAHIA

Por meio de dados fornecidos pelos estudos divulgados em 2009 pelo Instituto SOS Mata Atlântica, a Bahia tinha originalmente 33% do seu território coberto pela Mata Atlântica, atualmente tem apenas 8,80% da cobertura vegetal original, apresentando no período de 2005 a 2008 um índice de desflorestamento de 24.148 hectares.

Em essência, essas informações retratam a lógica dominante das ações econômicas sobre a natureza no estado, em que essa é concebida simplesmente como um recurso voltado ao atendimento do setor produtivo das diferentes atividades do capital. Nesse sentido, a

necessária mudança de uma relação predatória como historicamente ocorre para um processo de sustentabilidade socioambiental, passa, fundamentalmente, por uma mudança da própria relação da sociedade com a natureza, na qual essa não pode mais ser vista sob seu valor de troca, mas sim, sob seu valor de uso, conseqüentemente, é imprescindível uma mudança nas bases capitalistas na qual a sociedade se estrutura.

No caso da devastação das florestas brasileiras, as empresas de siderurgia e de papel e celulose são as grandes motivadoras contemporâneas desse fato, as quais demandaram, somente no ano de 2007, mais de 365 e 420 milhões de árvores², respectivamente. É importante ressaltar que, segundo a AMS, praticamente metade do carvão vegetal utilizado pelas siderúrgicas é originário de mata nativa. Porém, a evidente existência de um intenso comércio ilegal, à margem do controle do Estado, torna questionável qualquer afirmação mais assertiva sobre a realidade dessa estimativa.

Contraditoriamente, as principais organizações causadoras desse processo são também as mais interessadas em sua inversão. Isso ocorre porque suas

preocupações são de aspecto econômico, não de ordem social e/ou ecológicas, pois essas empresas necessitam dessas florestas como fonte de matéria-prima para seu funcionamento, assim, procuram criar mecanismos de controle no acesso da população às áreas de mata nativa, bem como, outras formas de aumentar a oferta de insumos para diminuir seus custos.

Essas estratégias do capital em relação à política florestal na Bahia têm como plano de fundo o papel fundamental do Estado por meio da elaboração, implementação e legitimação de projetos que fomentam, financiam e regulam a atividade. No caso específico do município de Cândido Sales não foi diferente, pois a introdução da silvicultura do eucalipto no mesmo foi realizada no ano de 2005 conforme as prerrogativas do Decreto nº 7.396 de 04 de agosto de 1998, o qual instituiu o Programa Florestas para o Futuro (PFF) e norteou as ações de fomento florestal na Bahia.

Como é inerente ao capitalismo, as informações consideradas inconvenientes ao seu metabolismo são distorcidas para que não explicitem claramente as suas reais causas. Isso pode ser verificado na análise crítica das concepções desse decreto por meio do próprio conceito de reflorestamento nele descrito:

Art. 3º - Para efeito deste Decreto considera-se como:

I. [...]

² Cálculo baseado em dados fornecidos pela Associação Mineira de Silvicultura (MAS) e nos parâmetros do Ministério do Meio Ambiente (MMA), os quais indicam que para produzir apenas uma tonelada de carvão e de papel e celulose, são necessárias, respectivamente, 48 e 20 árvores provenientes de plantios comerciais.

II. REFLORESTAMENTO - o plantio de espécies florestais, nativas ou exóticas, de rápido crescimento e valor econômico, em áreas antropizadas, com o objetivo de atender à crescente demanda do mercado pelo consumo de material lenhoso e recuperar a cobertura vegetal nas regiões de atuação; (BAHIA, 2007)

Portanto, a promessa do “desenvolvimento sustentável” é apenas o discurso superficial para reprodução da lógica do valor de troca da natureza em lugar de seu valor de uso, processo esse responsável pela devastação da Mata Atlântica, perda de biodiversidade, risco de existência de mananciais hídricos, etc.

Outra lei que complementa essa lógica comercial é o conteúdo da norma jurídica nº 6.569, de 17 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Florestal no Estado da Bahia, por meio do Decreto nº 9.405 de 26 de abril de 2005, o qual entrou em vigor exatamente no ano de lançamento do PFF em Cândido Sales. Essa lei regulamenta a negociação da reposição florestal, a qual corresponde ao sistema de estimativa volumétrica de produção ou manutenção obrigatória de florestas, reconhecidas na forma de crédito de volume florestal, vinculada ao auto-suprimento ou à reposição florestal, próprio ou de terceiros, podendo ser utilizados pelos seus detentores ou transferidos, uma única vez, integralmente ou em partes, para outras

pessoas físicas ou jurídicas sujeitas a estas obrigações legais.

No concernente ao modelo produtivo adotado pelo setor, o artigo primeiro, parágrafo segundo do Decreto nº 9.405, deixa claro ao afirmar que “o crédito de volume florestal tem por objetivo incentivar a produção florestal sustentável, bem como integrar as florestas de produção ao agronegócio”. Percebe-se então a dimensão central do fomento florestal na Bahia: criar “florestas produtoras” baseadas no padrão do agronegócio, portanto, voltadas ao abastecimento do mercado, nesse sentido, a função da “floresta protetora” de conservação da biodiversidade e equilíbrio ecológico é deixada em segundo plano, funcionando apenas como um discurso para legitimação dos projetos de silvicultura.

Atualmente, a política florestal da Bahia é desenvolvida por meio de um novo programa denominado Pólo Florestal Sustentável. Por ser ainda recente, o mesmo ainda não teve relevante desenvolvimento e impacto sobre o espaço geográfico baiano, especialmente em Cândido Sales, mas futuramente merecerá um estudo sobre suas propostas e potenciais rebatimentos sócio-espaciais.

A METAMORFOSE DO DISCURSO CAPITALISTA NA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL

Entender a organização da sociedade como produto da luta de classes entre dominantes e dominados e o Estado como instituição socialmente formada para fins de regulação desse conflito, é admitir que esse está a serviço dos interesses das classes privilegiadas. Isso se verifica no processo de fomento florestal em Cândido Sales, o qual teve como ator chave a parceria entre o setor privado e o Estado em um processo de persuasão e flexibilidade de mecanismos para materialização da silvicultura do eucalipto no município.

A representatividade do setor privado nesse contexto ficou a cargo de siderúrgicas como a Companhia Brasileira de Latas (CBL) (ligada à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN) e a Siderpa Siderúrgica Paulino LTDA (SIDERPA) e, a Associação de Reposição Florestal do Sudoeste da Bahia (AFLORE). No caso dos órgãos do aparelho estatal destacou-se a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Interior de Cândido Sales (SEMMARHI), a Universidade Estadual do Sudoeste da

Bahia (UESB) e, instituições financeiras como o Banco do Nordeste.

Conforme relato dos produtores rurais entrevistados, essas instituições convidaram inúmeros comerciantes do ramo do carvão e produtores rurais locais para participar de palestras na própria cidade ou em Vitória da Conquista - BA, cujo assunto dos encontros era os supostos benefícios econômico-ambientais do plantio de eucalipto, bem como, informações sobre os procedimentos para adesão ao programa e fontes de financiamento dos plantios. Em entrevista realizada, um dos produtores rurais relatou o conteúdo desses encontros: “Alguns produtores rurais do município foram convidados pela Secretaria Estadual e Municipal de Meio Ambiente para participar de palestras em que disseram que o plantio de eucalipto era uma alternativa financeiramente rentável porque as matas da região já estavam esgotando, então, para continuar o comércio de carvão deveria começar a reflorestar” (Proprietário rural 1, Entrevista conduzida pelo autor, Jan. 2010).

A política florestal do Estado estruturou de maneira muito eficaz suas ações de convencimento, pois conjuntamente reuniu interessados na continuidade do processo de produção de carvão – comerciantes, proprietários rurais e siderúrgicas –, os órgãos responsáveis pela facilitação dos trâmites burocráticos à

sua execução – SEMARH e SEMMARHII –, o fornecedor da matéria-prima – AFLORE –, um dos mais respeitados institutos de detenção do conhecimento produzido – a Universidade – e, as fontes de recursos – o Banco do Nordeste e as próprias siderúrgicas por meio da venda do crédito de reposição florestal.

Esse aparato em favor da eucaliptocultura representa uma tentativa do capital de dar continuidade às amarras de subjugação do trabalho e devastação da natureza em Cândido Sales. A própria observação dos atores de incentivo a esse processo indica a tendência da silvicultura enquanto seqüência de uma dinâmica histórica que sempre teve o município como simples participante inicial da cadeia produtiva do ferro e do aço por meio do fornecimento de matéria-prima ao setor siderúrgico, inicialmente com madeira proveniente de matas nativas, futuramente com madeira advinda das plantações de eucalipto. Portanto, essa atividade permite o prosseguimento da lógica do

desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, cujas conseqüências vivenciadas e materializadas em Cândido Sales são a destruição de suas riquezas naturais, a exploração do trabalho de seus cidadãos, especialmente os de baixa renda e, a criação de um mercado ilegal do comércio de carvão vegetal proveniente de carvoarias clandestinas localizadas no interior do município:

Foto 1: Carvoaria ilegal de mata nativa em Cândido Sales-BA



Fonte: João Ferreira Gomes Neto, Jan. 2010

Foto 2: Carvoaria ilegal de mata nativa em Cândido Sales-BA



Fonte: João Ferreira Gomes Neto, Jan. 2010

A silvicultura implantada em Cândido Sales apresenta especificidades contraditórias, por um lado muitos dos comerciantes de carvão clandestino são os atuais proprietários rurais das fazendas de eucalipto, por outro, diversos carvoeiros empregados na derrubada da mata nativa são os trabalhadores responsáveis pelo plantio das árvores de eucalipto. A idéia de sustentabilidade divulgada na política florestal no município tem como centro impulsionador a lógica capitalista da mercantilização, pois todos os produtores entrevistados assumiram ter plantado o eucalipto em virtude da perspectiva futura da lucratividade, inclusive, relataram não considerar a espécie a mais indicada à preservação ambiental local. Dessa forma, a sustentabilidade não passa de um discurso, pois a natureza continua a ser percebida enquanto mercadoria, e não como bem público de direito.

Todos os entrevistados, sejam comerciantes ou carvoeiros, admitiram considerar sua atividade prejudicial ao meio ambiente, entretanto, afirmaram continuar a realizá-la pela própria

necessidade de sobrevivência sua e de suas famílias, pois há escassas alternativas de emprego nesse município pobre que já cedeu boa parte de suas riquezas florestais e do trabalho do seu povo ao grande capital siderúrgico do Sudeste, e continua a amargar uma realidade de subjugação a um processo que só lhe atribuiu condições de pobreza e o título de um dos maiores devastadores de Mata Atlântica do Brasil, situação essa ainda vislumbrada pelos entrevistados como contínua quando da ocorrência da colheita e produção do carvão nas plantações de eucalipto. Portanto, o problema da devastação florestal em Cândido Sales não está no nível do pensamento, pois todos têm o mínimo de consciência sobre as implicações de sua atividade, mas da relação com a natureza, relação essa subsumida a condições sociais objetivas que a condicionam a ter um caráter predatório como percebido nas Fotos 3 e 4:

Foto 3: Área de Mata Atlântica derrubada para produção de carvão vegetal em Cândido Sales-BA



Fonte: João Ferreira Gomes Neto, Jan. 2010

Essa exploração ocorre por meio de uma cadeia produtiva curta e estruturada basicamente em três níveis. Em uma das pontas do sistema têm-se os carvoeiros, categoria que por condições objetivas são obrigados a plantar o eucalipto e/ou derrubar as matas e transformá-las em carvão vendido ao grupo intermediário, os quais são os atravessadores que negociam com a outra ponta da cadeia, essa última formada por consumidores do carvão

Foto 4: Área de Mata Atlântica derrubada para produção de carvão vegetal em Cândido Sales-BA



Fonte: João Ferreira Gomes Neto, Jan. 2010

vegetal, como as siderúrgicas, churrascarias, etc. localizadas na região Sudeste.

De maneira concreta as carvoarias e os empreendimentos florestais de eucalipto em Cândido Sales são espaços de produção/reprodução do capital por meio da apropriação do trabalho dos carvoeiros, ou seja, do produto da relação da *classe-que-vive-do-trabalho* sobre a natureza, como visto nas Fotos 5 e 6, e da expropriação desse grupo à maior parte das riquezas geradas.

Foto 5: Trabalhadores em carvoaria clandestina em Cândido Sales-BA



Fonte: João Ferreira Gomes Neto, Fev. 2010

Os carvoeiros são alienados do processo produtivo, pois, por um lado, esses quem são os verdadeiros geradores das riquezas dessa atividade afirmaram sequer conhecer os compradores finais do carvão por eles produzido; por outro, seus esforços não são percebidos como resultado do trabalho humano realizado por uma classe pobre expropriada dos meios de produção, mas como uma mercadoria que deve ser produzida ao menor custo possível, implicando em condições precárias de trabalho (visualizadas nas Fotos 7 e 8 abaixo), em

Foto 6: Trabalhador em carvoaria clandestina em Cândido Sales-BA



Fonte: João Ferreira Gomes Neto, Fev. 2010

salários baixos vinculados à quantidade de carvão produzido e, na criação de fatores de riscos inerentes à própria atividade, como acidentes nas estradas, mutilações, mortes e assassinatos nas carvoarias e/ou plantações de eucalipto, conforme relato dos entrevistados: “Alguns acidentes eu já vi, como, corte com machado, queda de caminhão, virada de caminhão carregado. Mas eu já soube de assassinatos, morte de carvoeiros dentro dos fornos e outras coisas” (Carvoeiro 1, Entrevista conduzida pelo autor, Fev. 2010).

Foto 7: Acampamento a céu aberto dos trabalhadores de carvoarias no município de Cândido Sales-BA



Fonte: João Ferreira Gomes Neto, Fev. 2010

Foto 8: Acampamento de vara dos trabalhadores de carvoarias no município de Cândido Sales-BA



Fonte: João Ferreira Gomes Neto, Fev. 2010

Se submete a esse trabalho, via de regra, pessoas com baixa escolaridade, ex-presidiários, alcoólatras e viciados, portanto, as classes sociais excluídas pelas desigualdades do capitalismo, as quais, contraditoriamente, são absorvidas como mão-de-obra para o metabolismo do próprio sistema no espaço rural em Cândido Sales. Isso se justifica porque a necessidade extrema de sobreviver e a pouca demanda de empregos força o trabalhador que consegue trabalho a se submeter a essas condições de superexploração sem refletir e questionar se são injustas ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história, a estrutura do comércio de carvão em Cândido Sales para abastecimento do mercado siderúrgico do Sudeste do Brasil sempre criou enormes desigualdades. Primeiro, porque o município exportou grande parte de suas riquezas naturais, acabando com suas matas nativas ao longo do tempo e continua a ser um município pobre, reflexo do modelo de desenvolvimento desigual e combinado imposto pelo capital. Segundo, porque a *classe-que-vive-do-trabalho* nesse sistema é aquela que fica com a ínfima parte dos lucros gerados ao longo da cadeia. Dessa forma, como a silvicultura do eucalipto, baseada no modelo do

agronegócio, também voltada à produção de carvão vegetal para o mercado siderúrgico pode prometer sustentabilidade e desenvolvimento se seus princípios são os capitalistas de mercantilização da natureza e exploração do trabalho material?

Portanto, a produção de carvão de mata nativa e a exploração do trabalho da classe trabalhadora nas carvoarias clandestinas em Cândido Sales estão estritamente vinculadas às desigualdades geradas pelo próprio sistema capitalista e, a implantação da silvicultura do eucalipto justificada pela necessidade de reflorestamento e desenvolvimento sustentável, em essência, é a retórica utilizada pelo capital para dar continuidade ao seu metabolismo em uma atividade eminentemente destruidora do ponto de vista ambiental e socialmente desigual.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Decreto nº 7.396 de 04 de agosto de 1998:** Institui o Programa de Fomento Florestal para o Estado da Bahia – Florestas para o Futuro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/legislacoes/DecEst7396_040898.doc>. Acesso em: maio 2007.

BAHIA. **Decreto Nº 9.405 de 26 de abril de 2005:** Altera o Regulamento da Lei nº 6.569, de 17 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Florestal no Estado da Bahia, aprovado pelo Decreto nº 6.785, de 23 de setembro de 1997. Disponível em:

<<http://www.semrah.ba.gov.br/Legislacao/Decretos%20Estaduais/Meio%20Ambiente/Biodiversidade/Dec9405.pdf>>. Acesso em: fev. 2009.

Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica no período de 2005-2008**. Disponível em: <<http://www.sosmatatlantica.org.br/index.php?section=content&action>

=contentDetails&idContent=392>. Acesso em: 03/09/2009.

GOMES NETO, João Ferreira. **Políticas públicas de reflorestamento: uma análise sobre a atividade florestal no município de Cândido Sales**. 2008. 40 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – UESB, Vitória da Conquista, 2008.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. **A "Questão do Desenvolvimento" nas Reformulações da Política Agrária Brasileira: Reflexões Iniciais**. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente – SP, v. 2 n. 1, out. 2001. 13 p. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/ceget/jorgev2n1out2001](http://www4.fct.unesp.br/ceget/jorgev2n1out2001.pdf)>.pdf. Acesso em: 19/06/2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 63-110.

SOAREZ DE OLIVEIRA, A.M. **Relação homem/natureza no modo de produção capitalista**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (18), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-18.htm>>. Acesso em: 10/06/2009.

SOUZA, Suzane Tosta e CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **As "novas" estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio**. Revista Pegada Eletrônica, Presidente Prudente – SP, v. 9 n. 1, jun. 2008. 21 p. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/06-9-1-Suzane.pdf>>. Acesso em: 19/06/2009.

THEIS e BUTZKE, 2008. **Planejamento e desenvolvimento desigual em Santa Catarina**. In: 7º COLÓQUIO DE TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/ivomarcos.pdf>>. Acesso em: 22/06/2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por uma Geografia do Trabalho! (Reflexões Preliminares)**. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, núm. 119 (5), 1 de ago. de 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm>>. Acesso em: 14/06/2009.

GOMES NETO, J. F. Do matiz das promessas ao esmaecer da realidade: um olhar sobre a relação capital x trabalho x natureza em carvoarias. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 dezembro 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/05NETO1102.pdf>>. Acesso em: __.__.20__.